

## **AGENDA SEMANAL DOS PODERES #25**

Semana de 27 a 31 de Julho

### **Executivo**

A equipe econômica deverá anunciar o nome do novo presidente do Banco do Brasil.

### **Legislativo**

**Congresso Nacional**, está prevista a retomada dos trabalhos da Comissão Mista da Reforma Tributária, quando será debatido o cronograma de trabalhos

**Câmara dos Deputados**, será aberto prazo de 5 sessões para apresentação de emendas à Reforma Tributária do Governo Federal. Já o Plenário da Casa poderá apreciar a MP que extingue o Fundo PIS-Pasep e transfere o seu patrimônio para o FGTS; e a MP que dispõe sobre medidas temporárias emergenciais destinadas ao setor elétrico para enfrentamento do estado de calamidade pública. Por outro lado, o relator do Código Brasileiro de Energia Elétrica também poderá apresentar seu relatório. Além disso, será dada continuidade ao Ciclo de Debates Públicos virtuais sobre Lei de combate às Fake News, e será promovida live sobre processo legislativo virtual e participação popular durante o período da pandemia.

**Senado Federal**, o Plenário poderá apreciar algumas medidas provisórias, cabendo destacar as MPs que versam sobre o auxílio para estados e municípios, e sobre o programa emergencial de crédito para pequenas e médias empresas.

### **Cenário Socioeconômico**

O Banco Central divulgará os dados do Capital Brasileiro no Exterior, referente ao ano de 2019. O IBGE divulgará os dados sobre a taxa de desemprego referente ao mês de julho. O Tesouro Nacional divulgará os resultados das contas do Governo Central referente ao mês de junho. A CNI divulgará os resultados setoriais de Confiança do Empresário Industrial.

### **Destaques**

Congresso Nacional - Prevista reunião da Comissão Mista da **Reforma Tributária** na quinta-feira (30), podendo ser discutido cronograma de trabalho do colegiado de forma virtual.

Plenário Câmara - **REQ 1228/20**: Urgência ao **PL 2810/20**, que altera o Código Penal para dar nova redação ao crime de denúncia caluniosa; **PL 1485/20**: altera o Código Penal para duplicar as penas de crimes contra a administração pública; **PL 2068/20**: altera o Código Penal para estabelecer novas hipóteses de estelionato majorado.

Plenário Senado - Sem previsão para reunião de líderes.



**FENAPEF**  
FEDERAÇÃO NACIONAL  
DOS POLICIAIS FEDERAIS

## PAUTA DE PLENÁRIOS

### CÂMARA DOS DEPUTADOS

Item	Proposição	Autor	Descrição	Relator	Parecer	Tramitação
-	<u>REQ 2996/2019</u>	Líderes	Requer nos termos do artigo 155 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, seja submetida ao Plenário a inclusão automática na Ordem do Dia, para apreciação imediata, do <u>Projeto de Lei nº 6.407/2013</u> , do Sr. Antônio Carlos Mendes Thame, que dispõe sobre medidas para fomentar a Indústria de Gás Natural e altera a Lei nº 11.909, de 4 de março de 2009.	-	-	<b>Plenário</b>
-	<u>REQ 1228/2020</u>	Líderes	Requer, nos termos do artigo 155 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, regime de urgência para a apreciação do <u>Projeto de Lei nº 2.810/2020</u> , do Sr. Arthur Lira, que altera o art. 339 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, para dar nova redação ao crime de denúncia caluniosa.	-	-	<b>Plenário</b>
-	<u>REQ 1575/2020</u>	Líderes	Requer, nos termos do artigo 155 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, regime de urgência para a apreciação do <u>Projeto de Lei nº 3.320/2020</u> , do Sr. Cezinha de Madureira, que altera a Lei nº 12.485, de 12 de setembro de 2011, para autorizar, em caráter excepcional devido à pandemia do Covid-19, a adaptação das outorgas do Serviço Especial de Televisão por Assinatura - TVA, criado pelo Decreto nº 95.744, de 23 de fevereiro de 1988, para outorgas do serviço de radiodifusão de sons e imagens, nos termos em que específica.	-	-	<b>Plenário</b>
-	<u>REQ 1628/2020</u>	Líderes	Requer, nos termos do artigo 155 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, regime de urgência para a apreciação do <u>Projeto de Lei nº 3.249/2020</u> , do Sr. Rubens Bueno, que acrescenta dispositivo à Lei 13.979 de 2020, e à Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, para dispor sobre o registro digital compulsório de óbitos em sistema centralizado.	-	-	<b>Plenário</b>
-	<u>REQ 1764/2020</u>	Líderes	Requer, nos termos do artigo 155 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, regime de urgência para a apreciação do <u>Projeto de Lei nº 2.802/2020</u> , do Sr. Antonio Brito, que altera a Lei nº 12.715, de 17 de setembro de 2012, para prorrogar o prazo de vigência do Programa Nacional de Apoio à Atenção Oncológica – PRONON e do Programa Nacional de Apoio à	-	-	<b>Plenário</b>



**FENAPEF**  
FEDERAÇÃO NACIONAL  
DOS POLICIAIS FEDERAIS

		Atenção da Saúde da Pessoa com Deficiência – PRONAS/PCD.				
-	<u>REQ</u> <u>1899/2020</u>	Líderes	Requer, nos termos do artigo 155 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, regime de urgência para a apreciação do <u>Projeto de Lei 3.332/2020</u> , do Sr. Abou Anni, que autoriza as instituições financeiras a disponibilizarem linha de crédito emergencial, observadas as mesmas condições previstas na Lei nº 13.999, de 18 de maio de 2020 (“Pronampe”), para atendimento aos profissionais autônomos que realizam o transporte de alunos para estabelecimentos escolares e universitários, a qual terá duração pelo mesmo período que estiver em vigor o Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020, e dá outras providências.	-	-	<b>Plenário</b>
-	<u>REC</u> <u>108/2011</u>	Deputada Fátima Bezerra (PT/RN)	Recorre contra o parecer terminativo da Comissão de Finanças e Tributação ao Substitutivo do Senado Federal ao <u>Projeto de Lei nº 3.776/2008</u> , do Poder Executivo, que altera a Lei nº 11.738, de 16 de julho de 2008, que regulamenta a alínea "e" do inciso III do caput do art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias para instituir o piso salarial profissional nacional para os profissionais do magistério público da educação básica.	-	-	<b>Plenário</b>
-	<u>Emendas do Senado –</u> <u>MPV</u> <u>944/2020</u>	Poder Executivo	Institui o Programa Emergencial de Suporte a Empregos; altera as Leis nºs 9.430, de 27 de dezembro de 1996, e 13.999, de 18 de maio de 2020; e dá outras providências.	Deputado Zé Vitor (PL/MG)	-	<b>Plenário</b>
-	<u>MPV</u> <u>945/2020</u>	Poder Executivo	Dispõe sobre medidas temporárias em resposta à pandemia decorrente da covid-19 no âmbito do setor portuário e sobre a cessão de pátios sob administração militar.	Deputado Felipe Francischini (PSL/PR)	<u>Favorável</u> <u>na forma</u> <u>do PLV</u>	<b>Plenário</b>
-	<u>MPV</u> <u>946/2020</u>	Poder Executivo	Extingue o Fundo PIS-Pasep, instituído pela Lei Complementar nº 26, de 11 de setembro de 1975, transfere o seu patrimônio para o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, e dá outras providências.	-	-	<b>Plenário</b>
-	<u>MPV</u> <u>948/2020</u>	Poder Executivo	Dispõe sobre o cancelamento de serviços, de reservas e de eventos dos setores de turismo e cultura em razão do estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020, e da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (covid19).	Deputado Felipe Carreras (PSB/PE)	<u>Favorável</u> <u>na forma</u> <u>do PLV</u>	<b>Plenário</b>
-	<u>MPV</u> <u>950/2020</u>	Poder Executivo	Dispõe sobre medidas temporárias emergenciais destinadas ao setor elétrico para enfrentamento do estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020, e da emergência de saúde pública de importância	Deputado Léo Moraes (PODE/RO)	<u>Favorável</u> <u>na forma</u> <u>do PLV</u>	<b>Plenário</b>



**FENAPEF**  
FEDERAÇÃO NACIONAL  
DOS POLICIAIS FEDERAIS

		internacional decorrente da pandemia de coronavírus (covid-19).			
-	<u>PL 2306/2020</u>	Deputadas Luisa Canziani (PTB/PR) e Bruna Furlan (PSDB/SP)	Estabelece incentivo fiscal em favor das empresas que firmarem parceria com universidades e institutos de ensino superior ou de pesquisa, para o desenvolvimento de projetos relativos ao COVID-19.	Deputado Pedro Cunha Lima (PSDB/PB)	<u>Favorável com substitutivo</u> <b>CSSF, CFT, CE, CDEICS, CCTCI, CCJC, Plenário</b>
-	<u>PL 1485/2020</u>	Deputada Adriana Ventura (NOVO/SP) e outros	Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal Brasileiro) para duplicar as penas de crimes contra a administração pública quando estes forem praticados por ocasião de calamidade pública.	-	<b>CTASP, CCJC, Plenário</b>
-	<u>PL 1622/2020</u>	Deputada Carmen Zanotto (CIDADANIA/SC) e outros	Altera a Lei 13.979 de 2020, para dispor sobre a obrigatoriedade da notificação compulsória e imediata dos diagnósticos de casos de síndrome respiratória aguda assim como dos casos suspeitos e confirmados da COVID-19.	Deputado Aliel Machado (PSB/PR)	<u>Favorável com substitutivo</u> <b>CSSF, CTASP, Plenário</b>
-	<u>PL 2292/2020</u>	Deputado Ted Conti (PSB/ES)	Acrescenta dispositivo à Lei nº 13.979, de 6 de janeiro de 2020, que "dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2019", para dispor sobre a garantia de acomodações aos profissionais de saúde enquanto perdurarem os efeitos do estado de calamidade pública.	Deputada Mariana Carvalho (PSDB/RO)	<u>Favorável com substitutivo</u> <b>CSSF, CFT, CCJC, Plenário</b>
-	<u>PL 2068/2020</u>	Deputado Marcos Aurélio Sampaio	Altera o art.171 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, para estabelecer novas hipóteses de estelionato majorado.	Deputado Eli Borges (SD/TO)	<u>Favorável com substitutivo</u> <b>CCJC, Plenário</b>
-	<u>PL 2424/2020</u>	Senado Federal – Eduardo Girão (PODE/CE)	Altera a Lei nº 13.999, de 18 de maio de 2020, que institui o Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Pronampe), para instituir linha de crédito para profissionais liberais que atuem como pessoa física, durante o estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020; e a Lei nº 12.087, de 11 de novembro de 2009, que, entre outras disposições, cria o Conselho de Participação em fundos garantidores de risco de crédito para micro, pequenas e médias empresas, para criar o Conselho de Participação em operações de crédito educativo.	-	<b>CTASP, CFT, CDEICS, CCJC, Plenário</b>



**MOREIRA &  
GREGÓRIO**  
CONSULTORIA  
POLÍTICA

Serviço prestado exclusivamente para Federação Nacional dos Policiais Federais – FENAPEF  
Desenvolvido pela Moreira & Gregório Consultoria Política.

Condomínio Privê Morada Sul, Conjunto 17, casa 03 – Lago Sul – (61) 98126-3938  
Rua da República nº 202, Centro Comercial Foz Center, loja 08, Figueira da Foz – Distrito de Coimbra – Portugal – (+351) 91385-7955